

Vladimir Jankélévitch, *Le pardon* (Présentation de Laure Barillas). (Paris: Flammarion – col. Champs essais, 2019), 283pp. ISBN-13: 978-2-0814-7385-0.

O pensamento de Vladimir Jankélévitch tem sido alvo de um renovado interesse. Em resposta a este movimento de recepção, e suspensos da vaga expectativa de uma edição integral e crítica, a sua obra tem sido objecto de reedição na colecção de bolso “*Champs essais*” da editora Flammarion. Não se trata apenas de uma reimpressão, como até aqui sucedera, pois os volumes recentes incluem uma nota de apresentação fornecendo um enquadramento histórico elementar, sumarizando as teses fundamentais e salientando a originalidade e pertinência da obra. Depois de *L’Aventure, l’ennui, le sérieux, La mort* (ambos em 2017) e de *La mauvaise conscience* (2019), é agora a vez de *Le pardon*. Tendo vindo a lume originalmente em 1967 (Paris: Aubier-Montaigne), este texto fora já incluído na antologia *Philosophie morale* (Paris: Flammarion, 1998, colecção Milles&UnePages, pp. 992-1149) organizada por Françoise Schwab. Assim, a presente edição é a segunda em volume monográfico. A apresentação (p. I-XXIV), a cargo de Laure Barillas, esclarece o contexto e expõe o sentido fundamental do texto.

O tema do perdão fora já claramente identificado na primeira edição do *Traité des vertus* (Paris: Bordas, 1949). Juntamente com a caridade e o sacrifício, o perdão aparece como uma das expressões fundamentais do “puro amor” – este sendo a fonte e sùmula das virtudes, ou, dito de outro modo, o ímpeto virtuoso em todas as virtudes. A sua análise é aqui retomada e aprofundada como elemento chave da ética “hiperbólica” de Jankélévitch.

Ao invés de outras obras, cuja progressão interna é mais heurística do que analítica, num movimento espiralado ou elíptico, movendo-se pelas sendas da negação antitética ou da obliquidade irónica, *Le pardon* apresenta logo de início e sem equívocos a sua tese central, prosseguindo então na sua análise e fundamentação. Tudo isto sucede sem nada perder-se da originalidade do estilo, digressivo e alusivo, mas rigoroso e profundo, concentrando num fraseado denso mas inspirado, o lastro de um diálogo aceso, audaz e erudito com uma vasta tradição.

Como sucede com a virtude, sempre suspensa da renovação da intenção benevolente, o perdão não consiste numa capacidade que o sujeito moral possa reivindicar ou adquirir: ele é uma graça instantânea, um ímpeto fugidio, um “imperceptível piscar da caridade” (p. 11). Trata-se de identificar e caracterizar o “verdadeiro perdão”, como “um acontecimento datado que advém em tal ou tal instante do devir histórico”, como algo que estando “à margem de toda a legalidade, é um *dom gracioso* do ofendido ao ofensor” (p. 14), por fim, como algo dando-se “numa relação pessoal com alguém”, muito além da quase indiferença anónima da clemência. Face a esta primeira caracterização, o “verdadeiro perdão” deverá ser distinguido dos seus simulacros e contra-facções, versões apócrifas que, mesmo tendo consequências similares, se revestem de uma intencionalidade moral totalmente diversa: a “usura pelo tempo” e a “desculpa intelectual”. Dai a estrutura tripartida do volume: “1º A usura temporal”; “2º A desculpa: compreender é perdoar”; “3. O perdão louco: *acumen veniae*”.

O perdão não consiste nem assenta no esquecimento realizado pela “usura” do devir, por erosão do rancor ou dissipação da memória. Por um lado, a “temporalidade do tempo” é moralmente neutra e não pode substituir-se à intenção e acção conscientes. Por outro, o tempo não pode niilizar “*o facto da falta*” (p. 83) ter sido cometida ou do mal ter sido feito. O perdão acontece como resultado de uma decisão e de um esforço no enfrentamento do “irrevogável” inscrito no fluxo do “irreversível”. Não há perdão sem memória e sem fidelidade.

A “desculpa intelectual” procura racionalizar a falta e deste modo neutralizar o “mal de malevolência”. Tudo consiste em fundar racionalmente a indulgência e em procurar circunstâncias atenuantes. Ao mesmo tempo, um optimismo fundamental tende a negar a existência da “intenção má”, ou a não admitir que a “maldade” possa estar realmente na raiz da falta ou do mal cometido.

Diferente do esquecimento e da desculpa, o “perdão puro” é uma “loucura moral”, elemento decisivo de uma “ética hiperbólica”. É um acontecimento vivido num plano interpessoal como uma dádiva graciosa. Exercendo-se a partir do “indesculpável”, ele é “sobreracional”. Resultando de uma graça, quer dizer, de um impulso metaempírico e gratuito da vontade, para além de qualquer dinâmica de reciprocidade, ele é “sobrenatural”. O perdão é uma “passagem ao limite”, um limiar súbito da ordem do instante – aparece para desaparecer – mas inscreve-se indelevelmente na duração: ele é um “quase-nada” que, pela sua eficácia drástica, é um “quase-tudo” na movência fugidia do devir moral. Face ao irreversível, também ele gera um irrevogável: perdoa-se para sempre. O perdão é um das expressões desse “puro amor”, dessa centelha inefável, inexplicável e indescritível que é o ímpeto virtuoso, a virtude em todas as virtudes.

Ainda que caracterizando assim o perdão, Jankélévitch não deixa de enfrentar o dilema do imperdoável. A primeira publicação de *Le pardon* surge ainda na vaga da polémica em torno da prescrição dos crimes nazis, e deverá ser colocado frente a *L’imprescriptible* (Paris: Seuil, 1986), livro reunindo os textos *Dans l’honneur et la dignité* (1948) e *Pardonner?* (1971). Nestes, o autor afirma o carácter imprescritível e imperdoável dos “crimes contra a humanidade” – enquanto “atentado contra o homem enquanto homem” (*L’imprescriptible*, p. 22). Como Laure Barillas acertadamente sublinha, o perdão é de facto “o problema da obra e da vida de Jankélévitch” (p. II), tensas entre polos opostos e irredutíveis: por um lado, a exigência de um perdão incondicional, por outro, a inxpiável radicalidade do mal da Shoah. Tal é o irreconciliável paradoxo. Por isso, o autor conclui nestes termos: “O mistério da maldade irredutível e inconcebível é ao mesmo tempo mais forte e mais fraco, mais fraco e mais forte do que o amor. Assim, o perdão é tão forte quanto a maldade; mas ele não é mais forte do que ela” (p. 273).

José Manuel Beato

Doutorando

Unidade I&D Instituto de Estudos Filosóficos

Unidade I&D CECH

jose.beato71@gmail.com

DOI: https://doi.org/10.14195/0872-0851_57_17